

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.021 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 2000



A CRE, que já apreciou a convenção a ser votada pelo Plenário do Senado, examina hoje a indicação de embaixadores

## Senado vota convenção contra tomada de reféns

A Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, assinada em 1979 em Nova York, será votada hoje pelo Plenário do Senado. O texto, já aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), inclui nos tratados sobre extradição de criminosos os implicados em crime de seqüestro. A CRE aprecia a indicação, pelo presidente da República, de três embaixadores brasileiros para o continente africano.

PÁGINA 3

## Maria do Carmo alerta para riscos da transposição do rio São Francisco

PÁGINA 6

## CCJ aprecia nesta semana criação de fundo contra pobreza

Comissão analisa, também, novas regras para os precatórios e contratação de servidores públicos com base na CLT

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia amanhã as propostas de emenda constitucional (PEC) que prevêm a criação de um Fundo de Combate à Pobreza. As PECs foram apresentadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães e pela comissão mista que estudou soluções para a erradicação da miséria no país. Na reunião de hoje, que começa às 10h, a comissão analisa o projeto de lei do Poder Executivo



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem duas reuniões nesta semana e analisa projeto do Executivo que prevê a contratação de servidores com base na CLT

que prevê a adoção do regime celetista para várias atividades do serviço público federal. Examina, também, proposta de emenda constitucional que disciplina os precatórios.

que prevê a adoção do regime celetista para várias atividades do serviço público federal. Examina, também, proposta de emenda constitucional que disciplina os precatórios.

que prevê a adoção do regime celetista para várias atividades do serviço público federal. Examina, também, proposta de emenda constitucional que disciplina os precatórios.

PÁGINA 3

## CAE analisa operação de troca de títulos no mercado internacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (*foto*) analisa hoje relatório encaminhado pelo Banco Central (BC) sobre a operação de troca dos títulos brasileiros do tipo Brady por títulos do tipo Global, no valor de US\$ 2 bilhões, no mercado internacional, no ano passado.

Na mesma reunião, a comissão vota parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres, a empréstimo externo no valor de US\$ 11 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado ao Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal (Proecotur), do Ministério do Meio Ambiente.

Na mesma reunião, a comissão vota parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres, a empréstimo externo no valor de US\$ 11 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado ao Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal (Proecotur), do Ministério do Meio Ambiente.

PÁGINA 3



# Tributo sobre seguros pode prevenir calamidade

Proposta de Casildo Maldaner destina o total arrecadado para os órgãos de defesa civil nos níveis federal, estadual e municipal

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que institui a Contribuição sobre Seguros. Os recursos serão destinados ao Fundo Especial para Calamidades Públicas e Defesa Civil (Funcadec). O projeto destina o total arrecadado para os órgãos de defesa civil nos níveis federal, estadual e municipal: 33,4%, 33,3% e 33,3%, respectivamente. O dinheiro deverá ser aplicado no atendimento a calamidades públicas, ações da Defesa Civil e campanhas educativas.

— A contribuição proposta se destinará, basicamente, a equipar toda a estrutura de defesa civil do país, em especial os corpos de bombeiros. Com os investimentos, é certo que não apenas a prevenção, mas o socorro em eventos



Maldaner propõe alíquota de 0,5% da qual estarão isentos, dentre outros, os seguros vinculados à produção agrícola

em muito a frequência, a intensidade e os seus efeitos, e a indústria de seguros será beneficiada diretamente com a diminuição dos riscos — explicou Maldaner.

De acordo com o projeto de Casildo Maldaner, a contribuição, que tem alíquota de 0,5%, não incidirá nas operações de resse-

guro (quando uma companhia seguradora se alivia parcialmente do risco de um seguro já feito contraindo um novo seguro noutra companhia) e retrocessão (ato pelo qual o adquirente de um bem transfere de volta a propriedade desse bem).

Ficam isentos da contribuição, pelo projeto de Casildo Maldaner, os seguros vinculados à produção agrícola, financiamento de bens ou atividades rurais, e ao financiamento ou às operações de exportação de bens e serviços para o exterior. Os seguros contratados por pessoa jurídica de direito público também serão isentos do pagamento da contribuição.

## Carlos Patrocínio defende apoio urgente ao setor de autopeças

“O Brasil precisa dar mais apoio ao setor de autopeças”, disse o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), reiterando seu apelo às autoridades econômicas do governo para que garantam condições eficientes de trabalho ao setor, com os incentivos necessários ao seu desenvolvimento, sem o qual, disse, a indústria automobilística não pode existir.

Para o senador, o país precisa urgentemente aumentar o grau de nacionalização de sua produção automobilística, por causa das restrições cambiais e da necessidade de redução dos custos de produção, garantindo assim uma oferta de autopeças mais adequada aos



Patrocínio: país precisa aumentar o grau de nacionalização da produção automobilística

fluxos de produção industrial.

— Isso só se faz se tivermos um setor de autopeças forte, com

tecnologia moderna, controle de qualidade de alto nível e capacidade de enfrentar a concorrência internacional — disse o senador, acrescentando que algumas montadoras já operam com índices de nacionalização elevados, o que, frisou, gera renda, empregos, tributos e economia de divisas.

Carlos Patrocínio disse que o setor de autopeças está sendo pressionado pelos fornecedores de insumos, matérias-primas e combustíveis, pelo sistema financeiro, pelos tributos e pelas indústrias de tecnologia de ponta, que são de um modo geral, segundo afirmou, monopólios ou oligopólios muito poderosos.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 2000

### PLENÁRIO

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: O senadores irão examinar dois projetos de decreto legislativo (PDL) e um requerimento: o \*PDL nº 5/99, texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova York, em 18.12.79; \*PDL nº 15/99, texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluída em São Luiz, República Argentina, 25.6.96; e \*Requerimento nº 11/2000, de autoria do senador Jader Barbalho, solicitando audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para o Projeto de Lei da Câmara nº 60/99, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

#### Quarta-feira

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Dois projetos de decreto legislativo (PDL) e um requerimento fazem parte da pauta: o \*PDL nº 123/99, Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Brasil e a Rússia, em 1997; o \*PDL 225/99, texto do Acordo para Implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10.12.82, e sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 4/12/95; o \*Requerimento nº 6/2000, de autoria do senador Ney Suassuna, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 63/99, que dispõe sobre o regime de Previdência Complementar, seja examinado também na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### Quinta-feira

#### 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno da Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A/98, que limita os gastos com os legislativos municipais.

#### Sexta-feira

#### 9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

#### Terça-feira

#### 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reunião extraordinária)

Pauta: PLC nº 57/99, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências; e \*PEC nº 90/99, que altera a redação do artigo 100 da Constituição federal (precatórios). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

#### 10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: A pauta prevê a \*Mensagem nº 4/2000, solicitando autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 11 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal; e o \*Ofício “S” nº 59/59, relatório do Banco Central sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### 17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Três mensagens da Presidência da República fazem parte da pauta: a \*Mensagem nº 7/2000, que submete o nome de Isnard Penha Brasil Júnior para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Argélia; a \*Mensagem nº 221/2000, indicação de Joaquim Luis Cardoso Palmeiro para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Líbia; e \*Mensagem nº 221/2000, apreciação da indicação de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para, cumulativamente, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Senegal, Mauritânia e República da Gâmbia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

#### 15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Reunião para apreciação dos destaques apresentados ao Relatório Setorial da Área Temática II — Justiça e Defesa e apreciação dos demais Relatórios Setoriais do Orçamento para 2000 (Projeto de Lei nº 20/99 — CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

#### Quarta-feira

#### 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reunião ordinária)

Pauta: Continuam as discussões das duas propostas de emenda constitucional sobre a erradicação da pobreza: a \*PEC nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e a \*PEC nº 96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

#### 10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Segundo dia de discussão dos destaques apresentados ao Relatório Setorial da Área Temática II — Justiça e Defesa e apreciação dos demais Relatórios Setoriais do Orçamento para 2000 (Projeto de Lei nº 20/99 — CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

#### Quinta-feira

#### 10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Terceiro dia de discussão dos destaques apresentados ao Relatório Setorial da Área Temática II — Justiça e Defesa e apreciação dos demais Relatórios Setoriais do Orçamento para 2000 (Projeto de Lei nº 20/99 — CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Edson de Almeida  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CCJ debate saídas para a fome e regras dos precatórios

Comissão de Constituição e Justiça promove duas reuniões, hoje e amanhã, com propostas de emenda constitucional na pauta

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debatem e votam, nas duas reuniões desta semana, a proposta de emenda constitucional que prevê a criação do Fundo de Combate à Pobreza e a que disciplina o pagamento de precatórios. A comissão, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), também analisa o projeto de lei do Poder Executivo que prevê a adoção do modelo celetista para várias atividades do serviço público federal.

Na reunião extraordinária de hoje, a CCJ vai estudar o projeto de lei enviado pelo governo — já aprovado pela Câmara dos Deputados — estabelecendo a adoção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para os servidores que ingressarem no serviço público. O projeto prevê o ingresso através de concurso público e tem parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A PEC dos precatórios determina que as instituições de direito público incluam, nos respectivos orçamentos, a verba neces-



Romeu Tuma deu parecer favorável à adoção da CLT para os futuros servidores públicos



Lúcio Alcântara, que relata as propostas contra a pobreza, quer buscar o máximo de consenso

sária para pagamento de débitos originados de sentenças judiciais que não podem mais ser alteradas. Esses precatórios judiciais terão de ser apresentados até 1º de julho e pagos até o final do exercício seguinte, com correção monetária.

Amanhã, a CCJ se reúne para examinar as duas propostas de emenda constitucional que prevêem a criação de fundos de com-

bate à pobreza. A primeira foi apresentada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e a segunda foi encaminhada pela comissão mista especial que estudou formas para erradicar a miséria no país, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O relator de ambas as matérias, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), quer o maior consenso possível em torno das propostas.

## Convenção sobre tomada de reféns será discutida pelo Plenário hoje

Assinada em 1979 em Nova York, a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns será votada hoje pelo Plenário do Senado. O texto inclui nos tratados sobre extradição de criminosos os implicados em crime de seqüestro. Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinado entre o Brasil e a Argentina.

O Plenário também irá apreciar requerimento em que o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) solicita audiência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre o projeto que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O projeto prevê a aplicação de recursos na instalação de serviços de telefonia e de transmissão de dados (internet) em comunidades carentes e do interior, conforme determina a lei que privatizou o Sistema Telebrás.



Senador José Sarney presidirá a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, marcada para hoje, às 17h

## CRE aprecia indicações de embaixadores na África

A indicação, pelo presidente da República, de três embaixadores brasileiros para o continente africano, será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) hoje, às 17h30. Presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a CRE sabatinará o primeiro indicado, ministro Isnard Penha Brasil Júnior,

para o cargo de embaixador junto à Argélia.

Em seguida, a comissão sabatinará os ministros Joaquim Luis Cardoso Palmeiro, indicado para a representação brasileira na Líbia, e Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, para a embaixada em Gâmbia. As indicações serão votadas também em plenário.

## Votação de relatórios setoriais do Orçamento terá três reuniões nesta semana

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 15h, para apreciar emendas apresentadas ao relatório setorial da área II (Justiça e Defesa). O relatório, do senador Romero Jucá (PSDB-RR), foi aprovado na última quinta-feira, destinando R\$ 22,4 bilhões para os dois ministérios. Logo após a votação das emendas, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), deverá deliberar sobre o relatório setorial III, que trata de "Fazenda e Desenvolvimento", incluindo os gastos do governo com juros de suas dívidas.

Ainda esta semana, durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, a Comissão de Orçamento tem mais duas reuniões previstas: uma para amanhã e outra nes-



Relatório de Romero Jucá, já aprovado na semana passada, poderá sofrer emendas hoje

ta quinta-feira, sempre às 10h. Para sua discussão e votação, o Orçamento foi dividido em dez partes e as oito restantes devem ser examinadas até meados de fevereiro.

## Comissão analisa troca de títulos de US\$ 2 bilhões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para analisar relatório encaminhado pelo Banco Central (BC) sobre a operação de troca dos títulos brasileiros do tipo Brady por títulos do tipo Global, no valor de US\$ 2 bilhões, no mercado internacional, no ano passado.

No relatório, o presidente do BC, Armínio Fraga, informa que a operação resultou em benefícios para o país, pois, além de obter ganhos financeiros de US\$ 208 milhões, houve uma redução de US\$ 863 milhões no valor do estoque da dívida externa nacional, o ingresso de US\$ 529 milhões, mediante liberação de garantias, e o alívio de US\$ 129 milhões ao ano em amortizações no período de 2004 a 2011. A matéria tem parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), vota parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), a empréstimo externo no valor de US\$ 11 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado ao Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal (Proecotur), do Minis-



José Fogaça baseou relatório favorável nas informações prestadas pelo Banco Central

tério do Meio Ambiente. O governo brasileiro entra com uma contrapartida de US\$ 2,8 milhões, totalizando investimentos de US\$ 13,8 no programa.

Segundo o relator, o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia, que envolve nove estados da região, fomentará a atividade econômica, gerando empregos diretos e indiretos, além de aumentar a arrecadação, através da absorção de mão-de-obra e capitais "em empreendimentos ecológica e economicamente sustentáveis".



Marina: "MP praticamente acabava com o instituto das reservas legais"

# Marina propõe realização de debate sobre o novo Código Florestal

Senadora quer que ruralistas, técnicos, ambientalistas e comunidades extrativistas participem da elaboração do projeto de conversão da medida provisória atualmente em vigor

A reformulação do Código Florestal Brasileiro deverá ser o resultado de debate entre todos os setores envolvidos: ruralistas, técnicos, ambientalistas e comunidades extrativistas. A proposta foi defen-

dida ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC), integrante de um movimento voltado a discutir a medida provisória, que, em sua opinião, muda "para pior" o atual código.

– Estamos vivendo o raro privilégio de acompanhar, talvez pela primeira vez, um amplo debate democrático sobre uma medida provisória – disse a senadora, em discurso no plenário.

Marina Silva referiu-se ao projeto de conversão de medida provisória em lei que "praticamente acabava com o instituto da reserva legal (porção intocável) das propriedades rurais e ainda propunha uma anistia ampla, geral e irrestrita para todos os infratores à Lei 4.771/65, conhecida como Código Florestal Brasileiro".

O projeto de conversão estava tramitando em ritmo acelerado no final do ano passado. No entanto, parlamentares e ecologistas pediram aos líderes do governo que fosse feito um exame mais profundo da matéria.

O debate está sendo realizado no âmbito da comissão mista que examina a MP e da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), órgão que já apresentou sua primeira versão da medida provisória. Esse esboço será

discutido em audiências públicas nas cinco regiões do país a partir de fevereiro.

– A Câmara está no caminho de uma medida que satisfaça todos os segmentos interessados – afirmou a senadora.

Marina Silva espera que a nova lei não volte atrás nas conquistas obtidas com o atual código e que se possa avançar mais em regras que combinem proteção ao meio ambiente com o desenvolvimento econômico. Segundo a senadora, o ideal é que as dimensões da reserva legal variem de região para região atendendo a critérios técnicos e à vocação econômica de cada área.

Em apartes, os senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) ressaltaram a importância do novo Código Florestal e informaram que em seus estados já está pronto o zoneamento ecológico-econômico. Para eles, esse documento permitirá a exploração racional do meio ambiente, o que evitará os erros cometidos nos estados mais desenvolvidos.

## Bezerra aponta fraudes no setor de combustíveis

A partir de um documento elaborado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Mato Grosso, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apontou a prática de fraudes e sonegação fiscal no setor de comercialização de combustíveis. Para o senador, o problema não se restringe a Mato Grosso. Ele encaminhou cópia do documento à Agência Nacional do Petróleo (ANP). "Espero que a ANP tome as providências urgentes que a gravidade do assunto exige."

Na avaliação do senador, após a privatização da área de petróleo, as desvantagens para o consumidor e para os pequenos revendedores de combustível aumentaram porque as agências governamentais não têm sido capazes de enfrentar as grandes corporações internacionais, que praticam uma concorrência desleal e predatória através de um sistema sigiloso de promoção de preços voltado para poucos privilegiados. Carlos Bezerra aponta situações inexplicáveis,



Bezerra: "Grandes corporações praticam concorrência desleal"

como a denunciada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Mato Grosso.

– Recentemente, uma empresa de transporte de Rondônia conseguiu uma liminar para comprar 12 milhões de litros de gasolina sem o pagamento do ICMS. Esse volume representa quase o consumo de dois meses dos rondonienses – revelou.

### PAUTA DO SENADO PARA A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Período: 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 15/98	Limita os gastos com os legislativos municipais	Jefferson Péres (PDT-AM)	Aprovada em primeiro turno. Volta ao plenário dia 27/01 para o primeiro dia de discussão em segundo turno
PEC 67/99	Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	A matéria será apreciada amanhã na CCJ.
PEC 90/99	Reformula o sistema de pagamento de precatórios	Edison Lobão (PFL-MA)	A matéria está na pauta da reunião que a CCJ realiza hoje
PEC 92/99	Dá competência ao STF para julgar juízes e integrantes de tribunais regionais federais	Edison Lobão (PFL-MA)	Sua apreciação foi adiada em reunião da CCJ, dia 20/01, para esperar a realização de audiência pública proposta pelo senador Antonio Carlos Valadares
PEC 96/99	Cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	A matéria será apreciada amanhã na CCJ
PLS 614/99 (em conjunto com PLSs 292/99 e 386/99)	Proíbe a venda de armas de fogo e munição; regulamenta transporte e porte de armas de fogo	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE; Renan Calheiros (PMDB-AL) na CCJ	Relator na CRE apresentou substitutivo. Realizada audiência pública em 13/01
PLS 687/99	Define crimes de responsabilidade dos magistrados	Jefferson Péres (PDT-AM)	Encerrado o prazo com apresentação de emendas, a matéria retorna à CCJ
PLC 43/99	Disciplina a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho	Romero Jucá (PSDB-RR)	Aguarda parecer na CCJ
PLC 49/99	Dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CE; José Jorge (PFL-PE), na CCJ	Comissões aguardam a apresentação de pareceres
PLC 57/99	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional	Romeu Tuma (PFL-SP)	A matéria está na pauta da reunião que a CCJ realiza hoje
PLC 60/99	Cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	O prazo para recebimento de emendas se encerra hoje. Requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) solicitando audiência pública para discussão do projeto será votado hoje
PLC 63/99	Trata do regime de previdência complementar	Francelino Pereira (PFL-MG), na CCJ; aguarda relator na CAS	Aguarda pareceres na CAE e CCJ. Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou apreciação da matéria na CAE
PLC 1/2000	Dispõe sobre as relações entre União, estados, Distrito Federal e municípios com suas autarquias, fundações e outras entidades públicas e de previdência complementar	José Fogaça (PMDB-RS) na CCJ. Falta indicação de relator na CAS	A matéria aguarda votação de requerimento do senador Ney Suassuna, solicitando também o exame pela CAE
PLC 3/2000	Estabelece a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Relator ainda não indicado	Em tramitação na CCJ e CI

OBS.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.





Leomar Quintanilha acredita que muitos dos acampados não conhecem o trabalho do campo

## Quintanilha pede atenção a acampamentos de sem-terra

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu que o governo acompanhe a situação dos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, especialmente junto a rodovias. De acordo com o senador, mesmo sem qualquer experiência agrícola, as famílias permanecem acampadas em áreas desprovidas de infra-estrutura, na expectativa de um lugar para plantar. Ele louvou os programas que oferecem financiamento e orientação técnica aos que vão trabalhar a terra, apontando-os como o caminho mais eficaz a ser seguido.

O parlamentar narrou o que viu numa estrada paranaense quando voltava de uma viagem ao Rio Grande do Sul – um acampamento de inúmeras famílias acotovelando-se na faixa estreita entre a rodovia e a cerca de proteção das propriedades rurais. Ele lastimou a condição abjeta em que viu essas famílias, que lhe pareceram estar esperando a oportunidade de serem assentadas.

– Todas em casebres improvisados e espremidos e, certamente, sem as mínimas condições de higiene e saúde – lamentou.

Para Quintanilha, um país que se propõe a organizar a economia e encontrar uma solução definitiva para o sofrimento da população não pode demorar-se a resolver esse problema. Ele lembrou já ter usado a tribuna para discorrer sobre as invasões de propriedades por trabalhadores sem-terra, alternativa que não considera adequada. Em sua opinião, “grande parte das pessoas que sonham em construir um futuro na agricultura não tem a menor aptidão na lida do campo, nem sabe desvendar os segredos da terra”.

O senador anunciou que pretende visitar alguns assentamentos em seu estado, para verificar a situação em que se encontram.

# Lando lamenta dispensa de servidores em Rondônia

Senador critica “rigor brutal” da União e cobra fórmulas alternativas no tratamento ao estado. “Não se pode tratar desiguais de forma igual”, afirma

O senador Amir Lando (PMDB-RO) protestou ontem contra a demissão de dez mil funcionários públicos estaduais em Rondônia. “A medida se deve à exigência da lei que aprovamos aqui, estabelecendo que as despesas com pessoal não ultrapassem 60% da arrecadação. Mas o que dizer do sofrimento e do desespero que estão atingindo a família rondoniense?”, perguntou.

Amir Lando observou que a economia que o governo estadual fará com as demissões será de R\$ 7 milhões mensais, praticamente igual ao que Rondônia perderá com a emenda constitucional que desvincula recursos do Orçamento. Com a emenda, o estado vai perder R\$ 7,5 milhões em repasses que seriam feitos pela União. “Além dos prejuízos causados pela Lei Kandir, agora estamos sendo punidos pela DRO (Desvinculação de Recursos Orçamentários) e quem paga é o funcioná-



Amir Lando diz que o servidor público de Rondônia está pagando pelas perdas do estado

rio público, que enfrenta hoje o desemprego e brevemente a fome de sua família”, protestou.

O senador por Rondônia queixou-se do “rigor brutal” do governo federal em relação a seu estado, lembrando que o serviço da dívida estadual está consumindo R\$ 8 milhões mensais da arrecadação, que deve chegar a R\$ 10 milhões em janeiro. “Essa dívida

seria a metade se o Banco de Rondônia não tivesse sido mal administrado pelos gestores do Banco Central, que elevaram seu passivo de R\$ 50 milhões para R\$ 600 milhões, ajudados pelos juros extorsivos decretados pelo governo federal”, afirmou.

Amir Lando fez um apelo ao governo federal para a adoção de fórmulas alternativas no tratamento ao estado. “Rondônia é o quintal da República. O governo federal não pode tratar desiguais de forma igual”, disse o senador. Para ele, é preciso procurar um meio legal de reduzir a dívida do estado, que considera injusta, e promover investimentos públicos que resultem em crescimento econômico, geração de empregos e aumento de arrecadação.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que os responsáveis por esse “remédio amargo” que o governo de Rondônia precisou adotar foram “o desatino do governador anterior e o absurdo da administração do BC, que quebrou o Beron”.

## Saturnino defende controle de capitais externos para evitar a dolarização

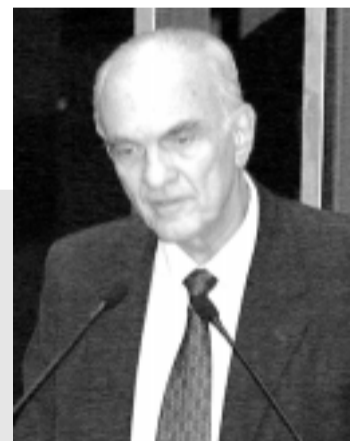
Após a adesão do México e da Argentina à dolarização, que qualifica de “perda da soberania política”, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) considera necessário evitar que esse processo atinja os demais países latino-americanos. O único caminho para isso, segundo ele, é a construção de uma alternativa que, “a curto prazo e imediatamente”, estabeleça um controle sobre o fluxo de capitais externos.

A médio e longo prazos, acrescentou o senador, essa alternativa implica negociações para reduzir o montante dos juros pagos pela América Latina a título de dívida externa e assegurar condições favoráveis aos países endividados no comércio internacional.

Por sua densidade econômica, apenas o Brasil teria, na opinião de Saturnino, condições de assumir a liderança na concretização des-

sa alternativa. O processo de dolarização, para ele, é politicamente pior que a situação de antigos países-colônias como Canadá, Nova Zelândia e Austrália, que se beneficiaram dos investimentos feitos por seus respectivos impérios. A diferença, conforme disse, estaria no fato de os atuais países latino-americanos serem colônias de fato, mas não de direito, com representação política no poder imperial central, no caso, os Estados Unidos.

Sob a justificativa de que o atendimento às recomendações das organizações financeiras internacionais é um comportamento político “realista”, países como México e Argentina e, mais recentemente, o Equador, submetem-se à “entidade abstrata Mercado Financeiro” por falta de alternativa, afirmou. No Brasil, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tem assegurado que a economia nacional nunca será dolari-



Roberto Saturnino afirma que o Brasil deve dar exemplo aos demais países latino-americanos

zada. No entanto, o senador considera que, sem controle sobre a entrada e saída do capital estrangeiro, um a um os países da América Latina acabarão por dolarizar suas economias, daí a urgência de o Brasil viabilizar uma alternativa que sirva de exemplo aos demais.

## Más condições de rodovias prejudicam produção

A precariedade das rodovias de Rondônia, principalmente na fronteira com a Bolívia, está prejudicando o escoamento da produção do estado, disse o senador Amir Lando (PMDB-RO). Por esse motivo, cobrou do Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), medidas para melhorar a qualidade das estradas, responsáveis por 90% da circulação da produção.

– O estado é o terceiro maior produtor da Amazônia, sem que tenham sido esgotados, ainda, os seus maiores potenciais. Mas, a permanecerem como estão as suas condições de escoamento, não haverá como produzir, sob pena de o estado assistir, também, ao crescimento das estatísticas de perdas de produção – destacou.

Na avaliação do senador, há uma correlação direta entre o desenvolvimento de Rondônia e a qualidade de suas estradas. Ele lembrou que áreas promissoras tornaram-se “ilhas de subdesenvolvimento”, devido à precariedade de rodovias para o escoamento da produção. Um exemplo citado por Lando é Guajará-Mirim, anteriormente denominada “Pérola Mamoré”, e atualmente considerada decadente. “É que pelos buracos da BR-425 já não é mais possível transitar a produção de Guajará-Mirim, na mão dupla do progresso e das melhores condições de vida de sua população trabalhadora”, observou. A BR-425, que liga Guajará-Mirim à rodovia BR-364, é a “principal artéria” do estado, acrescentou, além de desempenhar um papel estratégico na conjugação dos transportes rodoviário e fluvial, fator de integração entre as regiões amazônicas brasileira e boliviana.

# Maria do Carmo quer plano para revitalizar o rio São Francisco

Transposição das águas sem considerar todas as conseqüências pode se transformar num "crime" contra os nordestinos, alerta senadora

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) alertou ontem para a possibilidade da "morte" do rio São Francisco, caso a transposição de suas águas seja feita "a qualquer preço", sem a devida atenção a estudos de impacto ambiental, viabilidade técnico-econômica, inserção regional e cartografia.

Maria do Carmo, que participou de uma reunião do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, com a bancada de Sergipe, para tratar do assunto, disse que o projeto somente ficará pronto no decorrer do semestre, mas, pelas discussões preliminares, não parece contemplar todos os aspectos essenciais. "A reunião não serviu para acalmar minhas preocupações. Até pelo contratório", enfatizou.

Para a senadora, não se trata de ser contra ou a favor do projeto. "Estou convencida de que existem saídas tecnicamente viáveis que podem atender tanto aos estados banhados pelo São Francisco, como Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, quanto aos estados do Nordeste Setentrional, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que já chegaram à exaustão de seus parques



Maria do Carmo afirma que há risco de morte do São Francisco se a transposição for feita "a qualquer preço"

recursos hídricos e precisam do rio para sua sobrevivência."

Maria do Carmo citou duas ações que considera inadiáveis: o reforço da vazão da calha central do rio e um projeto permanente para sua revitalização. "O próprio São Francisco tem afluentes que podem socorrê-lo, além de afluentes do Tocantins e do Paraná. Com planejamento racional das obras para transposição dessas águas para a calha central do São Francisco, poderíamos acrescentar um volume superior a 1.000 metros cúbicos por segundo, resultan-

do na triplicação do potencial irrigável da bacia", garantiu.

Na avaliação da senadora, essas obras de reforço teriam que ser acompanhadas de ações para revitalização do rio, tais como o reflorestamento das margens, a imediata correção da erosão e as dragagens corretivas para assegurar a navegabilidade. "Sem projetos básicos, a transposição das águas do São Francisco pode virar o maior crime já cometido contra os nordestinos. Seguir pelo caminho correto seria uma obra para immortalizar seus autores."

## Lobão critica restrições do governo à pecuária maranhense

O senador Edison Lobão (PFL-MA) criticou o tratamento que o governo federal tem dado à pecuária do Maranhão. Em discurso feito ontem, ele lembrou que já havia solicitado amparo federal para a eliminação da febre aftosa em seu estado e para a recuperação das rodovias federais, que, em péssimo estado, prejudicam os negócios do setor. A situação foi agravada, acrescentou, em virtude das últimas normas baixadas pelo Ministério da Agricultura limitando a exportação:

— É que as severas restrições para a exportação do boi vivo criado nas regiões onde ainda não ocorreu a erradicação da febre aftosa estenderam-se agora para as carnes frescas — explicou o senador.

Lobão afirmou que a exigência burocrática de inúmeros documentos já havia inviabilizado os negócios do setor, pois a pecuária do Maranhão, Pará, Tocantins e Rondônia sobrevive mais com a exportação do que com o consumo interno, e a seqüência de normas determinadas pelo governo federal tornou a atividade impraticável. "Se a situação já era difícil pela proibição da exportação do gado em pé, tornou-se agora



Edison Lobão afirma que normas do Ministério da Agricultura tornam a pecuária impraticável

desesperadora com a sua extensão para a carne com osso e desossada", afirmou.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que não compreende as restrições impostas pelo Ministério da Agricultura ao rebanho maranhense, e que o Mato Grosso do Sul também vem lutando para conseguir exportar carne com osso. Para Tebet, não é possível que o país não consiga instalar laboratórios para examinar os rebanhos e enquadrá-los nas exigências

sanitárias. Ele lembrou também que o Paraguai é considerado um país livre da febre aftosa, mas já foi comprovado que uma das infestações da doença em Mato Grosso do Sul foi provocada pelo contrabando de gado paraguaio.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que essas restrições exageradas são parte de um jogo internacional em que as autoridades brasileiras estão caindo. Disse que este "é o mais novo empecilho" criado para impedir a entrada do Brasil no mercado internacional de carne bovina e que as autoridades

deveriam preocupar-se em prover as condições sanitárias e não em impor restrições absurdas.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que a pecuária do seu estado está sofrendo as mesmas restrições impostas ao Maranhão e que o preço da carne já foi reduzido em 25%, podendo chegar a 30%. Lando informou que a carne desossada não carrega o vírus que provoca a febre aftosa e garantiu que a restrição a esse tipo de carne é desnecessária.

## Emilia pede ações concretas contra efeitos da seca no Sul

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pediu atenção do governo federal à seca que castiga o Rio Grande do Sul. Lembrando que o ministro da Agricultura, Pratinde de Moraes, estava ontem no estado, e referindo-se à possibilidade de o presidente Fernando Henrique Cardoso ir ao Sul no fim de semana, ela pediu que dessas visitas resultem ações concretas.



Emilia diz que a estiagem pode causar quebra de R\$ 500 milhões na safra

— É preciso que medidas se viabilizem e cheguem às porteiras das nossas fazendas, é preciso que o crédito chegue às mãos dos nossos produtores, porque se ficar tudo só no anúncio vai servir apenas para alimentar os meios de comunicação — argumentou.

A senadora informou que 129 municípios gaúchos já decretaram situação de emergência e que a estiagem aponta para uma quebra de safra superior a R\$ 500 milhões, comprometendo 1,9 milhão de toneladas de grãos. Ela relatou as ações do governador Olívio Dutra para reduzir os prejuízos dos agricultores. De acordo com Emilia, foram liberados 560 mil quilos de milho para o plantio, assim como uma ajuda financeira de R\$1,5 milhão.

O governo gaúcho pediu, conforme a

senadora, recursos da ordem de R\$7,6 milhões ao Ministério da Integração Nacional, a fim de perfurar poços artesianos em municípios necessitados. Ela elogiou a postura do ministro Pratinde de Moraes, que se reuniu com lideranças agropecuárias em busca de soluções concretas para reduzir os prejuízos da economia gaúcha.

Entre as medidas anunciadas pelo governo federal, estão a liberação de R\$ 18,5 milhões para a compra de 100 mil toneladas de trigo, assim como a garantia de liberação dos recursos do seguro agrícola desta safra. Emilia pregou uma política de estímulo às exportações, dando às importações o mesmo tratamento adotado pelos países desenvolvidos. "É fato que os Estados Unidos e a Europa pregam o liberalismo no comércio dos outros, mas taxam os principais produtos brasileiros com elevadíssimas tarifas de importação", afirmou.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) considerou inaceitável que o Brasil importe produtos agrícolas. "Importar qualquer coisa em agricultura é realmente uma vergonha para o Brasil", disse ele, pregando a necessidade de um grande projeto agrícola, que contemple todas as regiões do país.

## União apoiará eletrificação rural no Tocantins, diz Eduardo

Nos próximos três anos, o estado do Tocantins deverá implementar um grande programa de eletrificação rural, elevando em 47% o número de propriedades atendidas com energia elétrica, informou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). A eletrificação no estado, acrescentou, terá recursos do governo federal, através do programa "Luz no Campo", do Ministério de Minas e Energia.

O valor do financiamento do governo federal será de R\$ 46,8 milhões, que representam um terço do custo total do programa, disse o senador, acrescentando que a previsão é estender 36,6 mil quilômetros de cabos elétricos, fixar 285,9 mil postes e instalar 19 mil medidores em propriedades rurais, além de 18 mil transformadores de distribuição.

Eduardo Siqueira Campos esclareceu



Eduardo Siqueira Campos prevê geração de empregos e maior produtividade agrícola

que o programa de eletrificação rural vinha sendo implementado pelo governo do Tocantins com recursos próprios e também com financiamento externo, no valor de R\$ 150 milhões.

No dia 12, em Palmas, foi realizada uma reunião com a presença do governador do estado, Siqueira Campos, do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e do presidente da Ele-

trobrás, Firmino Ferreira Sampaio Neto. Nesse encontro, acrescentou o senador, ficou decidido que o governo federal daria ajuda financeira ao programa.

Ele lembrou que, durante o encontro, o ministro Rodolpho Tourinho considerou Tocantins o estado mais organizado em eletrificação rural. Quanto aos resultados do programa, o senador acredita que proporcionará geração de emprego e renda, além da modernização e maior produtividade agrícola.

## Osmar Dias aponta abusos nos pedágios



Em entrevista que a TV Senado apresenta hoje, às 7h30, 12h30 e 20h30, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) faz críticas ao sistema rodoviário do Brasil. Para ele, um dos maiores problemas do país é a "ganância" das concessionárias das rodovias que

deixaram de fazer muitas das obras previstas nos contratos.

Além disso, o senador aponta abusos na cobrança de pedágio, o que, destacou, encarece a produção nacional. Ele faz uma comparação entre o frete no Brasil e na Argentina. Lá, os custos são 50% mais baratos do que aqui.

## Sebastião Rocha fala sobre a extinção de manicômios

O programa *Cidadania*, que a TV Senado exibe hoje, às 13h30, abre discussão em torno da proposta do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre a extinção progressiva dos manicômios e a sua

substituição por outros recursos assistenciais. Além do senador, participa do debate a neuropsiquiatra Henriqueta Camarotti.

Na avaliação de Rocha, a proposta contribui para uma revisão na sistemática do atendimento aos portadores de transtornos psíquicos.

# Luzia propõe reserva para não-fumantes em hotéis

Projeto de lei estabelece que pelo menos metade das vagas em estabelecimentos hoteleiros seja destinada a pessoas que não fumam

Projeto de lei da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) determina que os hotéis sejam obrigados a reservar metade de suas unidades, pelo menos, para a acomodação de não-fumantes.

A proposta prevê que essa reserva deve ser feita, preferencialmente, por andares ou pisos, e também nos restaurantes, salas de jogos, de espera ou repouso.

Na justificativa da proposta, a senadora argumenta que o uso do tabaco transcende a esfera individual, atingindo terceiros, sendo lícito, portanto, a atuação do Estado em defesa do direito e do bem-estar das pessoas. O objetivo da proposta, segundo



Luzia Toledo: o Estado deve garantir o bem-estar coletivo

Luzia, é proteger os usuários nos serviços de hotelaria dos dissabores de ter de habitar ambientes impregnados pelo cheiro do tabaco. A senadora esclarece que a medida proposta já é adotada em vários países e em alguns hotéis brasileiros.

## Moreira Mendes apóia a proposta de agências de privilegiar a Vasp

Ao protestar contra as empresas aéreas nacionais e estrangeiras que reduziram em 33% as comissões dos agentes de viagem, alegando dificuldades administrativas, tributárias e financeiras, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) ratificou proposta das agências de viagem para



Moreira: Vasp "tem sido parceira dos agentes de viagem"

que os profissionais do setor passem a beneficiar na venda de passagens a Viação Aérea São Paulo (Vasp), a única que não reduzirá a remuneração das agências.

—Quero, como senador e também como modesto empresário do ramo de turismo, recomendar a todos os agentes de viagem: vamos boicotar quem nos boicota e vamos prestigiar a Vasp, que tem sido verdadeira-

mente parceira dos agentes de viagem. Vamos repudiar aquelas que, lideradas por empresas estrangeiras, estão promovendo esse desatino — afirmou.

Ele apresentou vários requerimentos solicitando informações. Ao Ministério da Defesa, perguntou sobre o débito das empresas aéreas em operação no país referente ao repasse das taxas aeroportuárias. Também quer saber do Departamento de Aviação Civil (DAC) qual o número de bilhetes cedidos a título de serviço, cortesia ou outro não remunerado a cidadãos requisitados pelo DAC ou pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) nos últimos cinco anos.

Em outro requerimento, pede ao Ministério da Fazenda que solicite à Caixa Econômica Federal informações sobre possíveis débitos com relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, quer saber se as companhias aéreas estão cumprindo suas obrigações previdenciárias.

Ele também informou que os agentes de viagem brasileiros decidiram no dia 19, por unanimidade, contestar na Justiça e junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) "o abuso de poder econômico e a formação de cartel" praticados pelas empresas aéreas. Segundo documento das agências de viagem lido pelo senador, a redução das comissões poderá cortar 46 mil postos de trabalho diretos e 416 mil indiretos.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista* — O senador Osmar Dias fala sobre os pedágios nas rodovias  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras — episódio: *Viver numa ilha: Fernando de Noronha*  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão  
9h30 — *Entrevista* — O senador Francelino Pereira fala sobre os desafios para o ano 2000  
9h55 — *Senado em Pauta*  
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (representação)  
13h30 — *Cidadania* — O senador Sebastião Rocha fala sobre psiquiatria e manicômios  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (representação)  
20h30 — *Entrevista* — O senador Osmar Dias fala sobre os

pedágios nas rodovias  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Comissão de Relações Exteriores (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (representação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Mozarildo recomenda cuidado com ações de preservação da floresta amazônica

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) manifestou preocupação com os programas de proteção à floresta amazônica que incluem participação financeira dos países do G-7 (sete países mais ricos do mundo). Ele vê risco de ameaça à soberania nacional.

—Devemos ter cuidado e analisar bem esses planos mirabolantes de ajuda, para que não se tornem verdadeiros cavalos de Tróia, a serviço da exclusão da soberania nacional sobre uma parte de nosso território — alerta.

O Programa-Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7),

negociado a partir de 1990 com ajuda técnica e financeira do G-7, é um dos projetos que, segundo Mozarildo, merecem a atenção das autoridades e precisam ser mais divulgados perante a sociedade. Ele inclui projetos estruturais relativos ao zoneamento, controle e fiscalização e educação ambientais e "também projetos visando à participação das comunidades locais e de organizações não-governamentais na criação e difusão de modelos próprios de desenvolvimento sustentável".

Para Mozarildo, o desenvolvimento sustentável é, antes de tudo, uma questão social. "É inegável a urgência da

integração à cidadania brasileira daqueles que vivem à margem da economia e dos benefícios do progresso. Não cabe na cabeça de qualquer pessoa sensata a idéia radical de que a preservação da floresta deva ter prioridade sobre o desenvolvimento do ser humano que habita a floresta."

O senador adverte que o governo brasileiro não tem se preocupado em tornar públicas as iniciativas realizadas no âmbito do PPG-7. "A falta de transparência do programa me preocupa. Na página da Internet, mantida pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, a 'situação atual' refere-se a maio, passem os senhores, de 1996! Não é justo que queiramos saber como anda o programa, pelo menos até julho de 1999?", pergunta.



Mozarildo teme que soberania do país seja ameaçada

# Tebet: guerra fiscal ameaça pacto federativo

Restrições anunciadas pelo governador Mário Covas a produtos originários de estados que concedem incentivos prejudicam a todos, alerta representante de Mato Grosso do Sul ao defender que o Senado enfrente o problema

O anúncio do governador de São Paulo, Mário Covas, de que vai endurecer a guerra fiscal com medidas de retaliação e de restrição a produtos originários de estados que concedem incentivos, se levado às últimas conseqüências, não ajuda a ninguém e prejudica a todos, disse ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele alertou o Senado para a necessidade de a instituição enfrentar o problema, sob pena de o aprofundamento da guerra fiscal "autofágica e suicida" resultar em rompimento do pacto federativo.

Tebet acredita que Covas está fazendo um alerta, mas, mesmo assim, apelou ao governador para que não exacerbe ainda mais os ânimos. Ele observou que, se está certo em defender o interesse de São Paulo, Covas também deveria compreender que os estados mais pobres têm o direito de buscar meios de se desenvolver e de



Ramez Tebet aponta falta de política de desenvolvimento

superar as desigualdades que os prejudicam.

Na avaliação do senador, a guerra fiscal surgiu da falta de uma política nacional de desenvolvimento e do necessário tratamento diferenciado que deveria ser dado às diferentes regiões e suas vocações, em prol da superação das desigualdades existentes entre elas. É assim que os países desenvolvidos — como os da União Européia e os Estados Unidos

— procuram superar suas desigualdades regionais, exemplificou.

No caso de São Paulo, Tebet lembrou que o estado foi privilegiado por uma política de incentivos industriais, na década de 50, e que continua sendo favorecido pela renúncia fiscal da União, de cujo total 43% beneficiam a região Sudeste. "Não sou contra São Paulo", enfatizou, acrescentando que o fato de várias empresas estarem saindo do estado para se instalar em outras unidades federativas não é

necessariamente ruim, dado o esgotamento urbano e a violência da metrópole paulista.

Para o senador, o fundamental é que o Estado brasileiro não renuncie a ser o foco de articulação pública e não se limite a secundar os interesses dominantes no mercado.

Amir Lando (PMDB-RO), em aparte, disse que "a guerra fiscal vai se constituindo na ante-sala da guerra de secessão". O aumento das desigualdades regionais, na avaliação do senador, resulta de medidas constantes da cartilha imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, de modo que os estados têm tido suas finanças sangradas, para assegurar o pagamento dos juros das dívidas interna e externa. José Alencar (PMDB-MG), por sua vez, salientou que a política regional levada à frente pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no governo de Juscelino Kubitschek, é exemplo bem-sucedido de tratamento regional diferenciado, diretriz que o senador considera deva ser adotada em relação à reforma tributária que tramita na Câmara dos Deputados.



Geraldo Lessa substituído Teotônio Vilela Filho, que se licenciou por 120 dias

## Novo senador por Alagoas toma posse

Tomou posse ontem, no plenário do Senado, o senador Geraldo Lessa dos Santos, suplente do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), que se licenciou por 120 dias para tratar de assuntos particulares. O novo representante de Alagoas também integrará a banca

do PSDB.

Lessa prestou o juramento protocolar de respeitar a Constituição e as leis do país, honrar o mandato de senador que lhe foi outorgado pelos eleitores, bem como sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

## Eleições poderão ser fiscalizadas por partidos políticos

O processo eleitoral pode passar a ser fiscalizado por um Conselho dos Partidos Políticos, órgão da Justiça Eleitoral, integrado por representantes de todas as agremiações participantes do pleito. O Conselho será criado se o Congresso aprovar projeto de lei de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que deverá ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a partir do término da convocação extraordinária do Congresso, em fevereiro.

O projeto de Rocha altera o Código Eleitoral e determina que o conselho será constituído em nível nacional, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no caso das eleições nacionais, e junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) nas eleições estaduais e municipais. Representantes de todos os partidos inscritos na eleição farão parte do conselho, cujo funcionamento será regulamentado pelo TSE.

Sebastião Rocha disse ser consenso na sociedade a necessidade de haver



Sebastião Rocha: regularidade do pleito fortalece confiança da população na democracia

eleições "limpas" e, portanto, maior fiscalização do processo eleitoral para se alcançar esse objetivo.

— Acredito que todas as medidas destinadas a estimular a regularidade do pleito contribuem para fortalecer a confiança da população no processo democrático — enfatizou.

# do CIDADÃO

VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

A VOZ



Subsecretaria de Projetos Especiais - IIC&M

0800 612211

**A Voz do Cidadão** é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal. De qualquer ponto do país, inclusive através de telefones públicos, você pode ligar 0800 612211 e tirar suas dúvidas ou apresentar sugestões, críticas e comentários. O serviço funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.

**Participe!**

Não custa nada para você, vale muito para o país.

www.senado.gov.br  
e-mail: cidadao@senado.gov.br



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Nabor Júnior, Leomar Quintanilha, Ramez Tebet, Lúdio Coelho, Edison Lobão, Eduardo Siqueira Campos e Moreira Mendes